

VISÃO DO CORREIO

A inaceitável lista de Trump

Documentos divulgados pelo jornal *O Estado de S. Paulo* mostram o que estava por trás das negociações sobre o tarifaço americano: uma lista de 21 exigências entregue pelo governo Trump ao chanceler Mauro Vieira em outubro de 2025, como condição para negociar o alívio das tarifas de 50% impostas sobre produtos brasileiros. O conteúdo do documento, classificado como inaceitável pelo governo Lula, vai muito além do comércio. Os Estados Unidos exigiram que o Brasil garantisse eleições “livres e justas” em 2026 e não impedisse a participação de “dissidentes políticos”, em uma referência que, embora não nomeie Jair Bolsonaro diretamente, foi interpretada assim pelo governo brasileiro. Na mesma lista, estavam demandas sobre minerais críticos, redes sociais, serviços digitais, aviação, desmatamento e acesso ao mercado para empresas americanas. O documento revela o mapa do que Washington entende ser sua esfera de influência sobre o Brasil.

A intervenção que se propunha deixa explícita a tentativa de asfixiar setores de excelência comprovada. Querer forçar o país a preterir os jatos regionais da Embraer para favorecer modelos da Boeing extrapola qualquer lógica diplomática razoável. A fabricante brasileira conquistou fatias vitais do mercado aeroespacial mundial com base em engenharia de ponta, pontualidade e competitividade técnica, competindo de igual para igual com gigantes globais. Submeter a frota e as escolhas de compras nacionais a uma reserva de mercado estrangeira significaria punir a própria inteligência produtiva do país para remediar os tropeços industriais de uma superpotência.

A proposta dos EUA atinge dimensão ainda mais crítica quando mira o campo. Ao demandar restrições severas às políticas de

apoio à produção, apontando diretamente para o desmonte do Plano Safra, a Casa Branca tenta minar a espinha dorsal das exportações brasileiras sob a falsa alegação de concorrência desleal. O agronegócio nacional compete no mercado global por escala, eficiência e investimento contínuo, operando com incentivos expressivamente menores do que os subsídios diretos pagos pelo Tesouro americano aos seus agricultores. Liquidar os instrumentos de financiamento do produtor rural por exigência externa traria impactos imediatos: menos safras, choque nos preços dos alimentos no mercado doméstico e retração de empregos no interior.

Aceitar abrir conversas formais a partir de premissas tão abusivas seria um erro estratégico. A história das relações internacionais demonstra que concessões feitas sob coerção apenas transmitem fragilidade e abrem espaço para novas cobranças ao sabor do calendário eleitoral alheio. Soberania não se fatia. A governança de políticas públicas voltadas ao interesse do cidadão brasileiro não pode depender do crivo de governos estrangeiros.

Diante de um parceiro que troca o diálogo pela imposição, a resposta brasileira exige pragmatismo e sangue-frio. O caminho não é o confronto estéril, tampouco a capitulação, mas o desvio de rota. O Brasil precisa intensificar a abertura de novos mercados na Ásia, no Oriente Médio, na África e na Europa, aprofundar a integração produtiva real dentro do Mercosul e com os países andinos. Falta, ainda, olhar com mais seriedade para o próprio mercado interno, um dos maiores do mundo e ainda subutilizado como âncora de desenvolvimento. É o único caminho para deixar de depender de um parceiro que, como a revelação dos documentos deixou claro, mistura tarifas com interferência econômica e eleitoral sem nenhum constrangimento.



ROBERTO FONSECA
robertofonseca.df@dabr.com.br

Estilhaços do Supremo

Em uma semana em que a maior crise institucional do Supremo Tribunal Federal, o STF, desde a redemocratização atingiu o ápice, entre tantas notícias quentes e impactantes, tive a oportunidade de ler o recém-lançado *Como se proteger de uma granada – Sobrevivência em um mundo de guerras, disputas políticas e redes sociais* (Editora Matrix), do jornalista Leão Serva. O livro traz uma reflexão sobre como o medo, o ódio e a impulsividade estão presentes em um mundo marcado por radicalismo e extremismos.

Como o nome do livro indica, Serva detalha a regra de ouro para se proteger dos estilhaços de uma granada. A melhor forma de tentar escapar de danos mais graves é se afastar o máximo possível e deitar-se de bruços com os pés voltados para a explosão. É fundamental também colar o peito no chão, virar o rosto para o lado oposto ao da explosão e cobrir os ouvidos e os olhos com as mãos. Abrir a boca levemente também ajuda a equalizar a pressão do ar nos ouvidos e protege os tímpanos contra a forte onda de choque. Tudo isso precisa ser feito em um intervalo médio de cinco segundos, mais ou menos o tempo que se passa entre puxar o pino, soltar a alavanca e a detonação. Muito rápido, não é?

A analogia me parece apropriada para o momento vivido pelo Supremo. Os estilhaços provocados pela crise no STF ainda estão no ar. A duas semanas do primeiro turno das eleições, seus efeitos sobre a política brasileira são difíceis de dimensionar. Algumas consequências, porém, já podem ser percebidas.

A primeira é política. A crise tomou proporções maiores do que as esperadas pela articulação política do governo Lula. A sessão de terça-feira expôs a todo o país a cizânia existente

entre homens com o mais notório saber jurídico. A ministra Cármen Lúcia ilustrou muito bem o sentimento de decepção da população em relação à mais alta Corte jurídica do país. Reconheceu também o mal-estar cívico provocado.

A exposição pública desse conflito, inclusive com a divulgação de conversas de WhatsApp que ilustram o clima de enfrentamento entre os ministros, tem um custo institucional que não desaparece quando a sessão termina. O STF exerce uma função central na democracia brasileira. Sua autoridade depende da Constituição, das decisões que profere e também da confiança que consegue preservar diante da sociedade.

Há ainda uma consequência que talvez seja menos perceptível, mas que é mais duradoura. O país está a 16 dias do primeiro turno e continua discutindo intensamente os conflitos entre instituições, enquanto temas essenciais para o futuro brasileiro ocupam espaço secundário na campanha.

Onde o Brasil pretende estar no mundo? Como acelerar o desenvolvimento econômico? Que resposta será dada à violência? Como conciliar crescimento e preservação da Amazônia? O que fazer diante das mudanças climáticas? Como ampliar o acesso à tecnologia e reduzir pobreza e desigualdade? São perguntas que deveriam ocupar o centro da disputa eleitoral. A polarização, porém, continua empurrando a política para a lógica do confronto permanente. O adversário político vira inimigo. A divergência se transforma em suspeita. A discussão sobre propostas perde espaço para a disputa em torno de pessoas e instituições.

E o país segue andando em círculos. Sem conseguir escapar dos estilhaços da polarização.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato. E-mail: sredat.df@dabr.com.br. O *Correio* reserva-se o direito de resumir os textos enviados.

Faltou exemplo

Já vimos no passado recente, pela TV Justiça, embates de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) eivados de baixarias. Agora especialmente o nível baixou como nunca. Vários desses senhores (porque as senhoras não desceram tanto) se altercam, por pouco não se atacam em desforço físico, num palavreado chulo, de botequim, com ofensas grotescas e açodadas. Dividem-se em duas “turmas”, como eles mesmos denominam, mas essa expressão é vista da forma mais pejorativa possível pelo povo. Envolvidos em acusações gravíssimas, de crimes variados e de violações costumeiras da Constituição Federal, por isso somente já deveriam ser afastados preventivamente. Não se enxergam, mesmo sendo a elite da nação, e teriam que dar exemplo aos demais cidadãos. A rigor, deveriam ser banidos do cargo por falta de decoro e de ética. Como querem que o povo honrado os respeitem?

» **Humberto Pellizzaro**

Asa Norte

Exame de consciência

No julgamento desta terça-feira, a ministra Cármen Lúcia disse que o clamor das ruas não influencia os votos. Pode ser que não, mas os ministros deviam, pelo menos, parar e fazer um exame de consciência sobre o porquê de tamanha insatisfação — para não dizer revolta — da sociedade civil em relação à maior Corte de Justiça do país, garantidora da democracia, por dar a palavra final em conflitos que demandem a interpretação constitucional. Desde antes da posse de Bolsonaro, em 2018, o STF passou a interferir nas decisões políticas do governo e nas competências do Congresso Nacional, de forma agressiva e sem observância das normas constitucionais. Tornou-se um órgão político, sem amparo popular, pois nenhum dos membros da Corte foi eleito para ocupar o cargo que ocupa, e, no entanto, usando um instrumento que nenhum dos demais Poderes dispõe: a força coercitiva da lei. O que aconteceu nessa sessão histórica ficará nos anais da História recente do Brasil como o nível mais baixo a que chegaram aqueles que deveriam zelar pelo estrito cumprimento da lei, manter composta e serenidade nos debates que deveriam jurídicos, do mais elevado teor.

» **Maria Helena Machado Hecht**

Brasília

Bolsa Família

Ação criminosa do governo Lula: reajuste do Bolsa Família faltando menos de 20 dias das eleições. Isso é deboche com a nação. Explícito crime eleitoral, capaz de desequilibrar qualquer eleição. Ainda que supostamente fosse mera reposição inflacionária, essa ação reside em explícito desvio de finalidade, pois não pode haver conotação de ganho real eleitoreiro (no caso, é fato notório). Evidente abuso de poder político e abuso de poder econômico, levando à cassação de registro ou do diploma e inelegibilidade. Cabe providências por parte do Ministério Público Federal.

» **Milton Cordova Junior**

Vicente Pires

Apagão de professores

Envelhecimento de professores agrava o risco de apagão de docentes. Se não fosse a reforma da previdência, o apagão estaria acontecendo! Os professores idosos estão exaustos, doentes e precisam

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

O que o Brasil mais precisa ter neste momento: um estadista. Mas esse é, infelizmente, um atributo difícil de ser identificado entre os mais conhecidos políticos da atualidade.

José R. Pinheiro Filho — Asa Norte

“Extermínio: há previsões da IA acabar com a humanidade. Pensei que o nome disso fosse extrema-direita.”

Vital R. de Vasconcelos Júnior — Jardim Botânico

A ação raivosa ao aumento do valor da Bolsa Família deve ser saudade de quanto o pobre estava na fila do osso e disputando resto de comida no lixo.

Marcelo Silva — Brasília

EUA acusam Brasil de tolerância com PCC e CV e crise no STF. Coincidência não existe! Alguém já apertou o play para interferir na eleição.

Abrahão F. do Nascimento — Águas Claras

Erramos

Diferentemente do que foi publicado no artigo *Abertura do mercado de energia: o consumidor está preparado?*, publicado na página 11 da edição de 17 de setembro, os consumidores industriais e comerciais de baixa tensão poderão escolher seu fornecedor de energia a partir de 25 de novembro de 2027.

continuar trabalhando para se aposentar com menos prejuízos. Ao longo dos anos, as prefeituras estão retirando direitos — licença-prêmio, quinquênio, progressão!

» **Josiliane Souza**

Brasília

Crise em Fiji

Fiji declara crise nacional diante da propagação do vírus HIV por transmissão sexual e pelo uso de drogas ilícitas. Novos diagnósticos subiram 16 vezes mais do que em 2016, segundo autoridades do país insular no Pacífico. Crise nacional em pleno 2026 é falta de muita coisa: campanha, educação sexual, distribuição de preservativo, disponibilidade de profilaxia pré e pós exposição. Sem nada disso, o vírus HIV nada de braçadas.

» **Guilherme Filomeno**

Brasília

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegará”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM
			R\$ 1.187,88
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES (promocional)
Assine (61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp			
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
Anuncie Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2586 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A. Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A. Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br